

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Permanente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Sindijus-PR, iniciada em segunda convocação às 17 horas do dia 16 de Junho do ano de 2015, no Clube Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba, localizado na Rua Comendador Fontana nº 57, Centro Cívico, para tratar dos seguintes itens de pauta: - Informe das negociações com o TJ; - Avaliação e Deliberação. A Assembleia Geral Extraordinária Permanente iniciou-se sob a presidência do Coordenador Geral, José Roberto Pereira, que leu o edital e apresentou os pontos de pauta. Inicialmente a Secretária Geral, Daieniffer, leu a ata da reunião ocorrida às 10hrs desta mesma data, com a comissão de negociação do Tribunal de Justiça. Em seguida o Coordenador abriu para que os membros do Comando de Greve que participaram da reunião apresentassem sua avaliação. A servidora Fernanda Camargo afirmou que é importante passar a impressão de que teve a presença de um desembargador novo que se colocou como alguém que pode estar fazendo a interlocução em relação ao processo administrativo e fazendo a interlocução com outros Desembargadores, de outras áreas que não estavam ali. O servidor Bruno Calado colocou que a presença do Desembargador foi uma novidade para capitanear uma comissão do PAD. Ressaltou que na reunião anterior foi pedido pelo interlocutor do TJ um voto de confiança para o Tribunal de Justiça, que naquele momento ele (Bruno) não havia se manifestado, mas que se manifestava hoje dizendo que a categoria já tinha dado um voto de confiança ano passado, e que já tem um ano que foi dado o voto. E que independente do Presidente o voto foi dado à Administração. Foram tencionadas algumas questões, a isonomia e o adicional de qualificação, já que tem problema de orçamento pode ser iniciado os estudos que essas questões exigem, sendo que em um segundo momento pode ser discutido valores. Mas infelizmente isso não teve reflexo. A servidora Patricia Elache disse que a avaliação que faz é que quanto à tudo que envolve orçamento não existe espaço para conversa, tudo está sendo postergado para o segundo semestre. Com relação aos demais itens da pauta existe uma predisposição da administração em fazer a discussão, porém um pré requisito que existe é a suspensão do movimento grevista, o que deve ser analisado hoje, mas existe sim uma disposição da administração. O que a gente tem colocado nas reuniões é que não é porque não tem orçamento que não pode

discutir a isonomia desde já, a agente já pode começar a discutir e construir um planejamento, de forma que quando houver orçamento já se implemente, podendo até já ser feito um projeto de lei para avaliação dos servidores. A servidora Andrea colocou que um ponto a incomodou muito que é o desconto, pois o mínimo que esperava é que essa comissão viesse com uma resposta e o que foi posta é que seria levado ao Presidente para avaliar. No entanto o Alvacir foi muito claro quando colocou que as faltas foram anotadas e a folha está fechada, foram feitas observações, mas a resposta foi um “não”. Concluiu que o posicionamento foi de endurecimento, que a impressão que passa é que a administração quer dar um corretivo. Daieniffer fez sua avaliação colocando que na primeira reunião avançou em relação ao SAS, nesta segunda reunião avançou quanto ao PAD, e o restante no segundo semestre. Realmente a administração não irá tratar de questões orçamentárias. No entanto nós queremos fazer a discussão do que envolve o orçamento, não estamos exigindo que implante imediatamente. A administração não está avançando na negociação como pretendemos e agora dizem que só conversam novamente se a greve for suspensa e se não for suspensa a proposta é retirada e os dias serão descontados, assim se a administração está endurecendo, acho que agora é o momento de radicalizar, temos que endurecer também. Temos duas opções ou suspendemos a greve e levamos adiante a negociação ou radicalizamos, essa é a reflexão que temos que fazer aqui, o que queremos das próximas gestões do Tribunal, como eles irão nos tratar. José Roberto fez sua avaliação colocando que nosso movimento antes mesmo de iniciar só com o indicativo já teve uma vitória com o encaminhamento do projeto da reposição da inflação com o índice de 8.17%, colocou que o Tribunal não veio com uma proposta satisfatória achando que vamos recuar, chegou o momento de mostrar a nossa força e enfrentarmos eles, temos que sair com a greve vitoriosa sim, não vamos aceitar o desconto dos dias parados e podemos sim radicalizar no movimento, podemos fazer essa discussão na sequencia, vamos firmar esse compromisso se vamos sair agora, pois o Tribunal está fazendo pressão, ensinando que não devemos mais fazer greve ou vamos ou vamos afirmar pro Tribunal que nós não vamos aceitar afrontarem nossos direitos. Na sequencia foi iniciada a avaliação da greve pelos servidores presentes se dividindo por regiões. Iniciou o servidor de Paranaguá que informou que lá a

greve iniciou forte mas com o primeiro mensageiro foi caindo adesão e que atualmente dos 71 servidores apenas 8 seguem em greve. Não vê força. Para a continuidade da greve seria preciso fazer um grande trabalho de mobilização e conscientização dos juízes da nossa pauta. A servidora de Cascavel informou que a greve durou 2 horas, que veio o frio e os servidores voltaram a trabalhar e que lá eles acham que não é o momento de greve. O servidor de Ponta Grossa relatou que no início da greve havia uma adesão grande, há 180 servidores na comarca, mas hoje há apenas 30 pessoas mobilizadas. Já a visibilidade está interessante pois há atividades que tem chamado a atenção da televisão e da população, acredita que a greve é mais simbólica porque não há uma grande adesão. Após a primeira assembleia reascendeu o movimento mas três dias após o pessoal voltou a trabalhar, que a maior preocupação é o acúmulo de serviço. A servidora de União da Vitória disse que no início houve uma adesão de 80%, são em 37 servidores, mas os servidores foram desistindo e atualmente não estão em greve. Disse que como o presidente disse que só no segundo semestre iria conversar a greve deveria ser no segundo semestre. Os servidores acreditam que agora deveria ocorrer um recuo para voltar mais tarde com mais força. O servidor de Prudentópolis disse que há uma divisão geral no movimento, na sua comarca não há adesão por falta de interesse, que não foi por falta de tentativa do sindicato, que o sindicato fez a parte dele, na assembleia todo mundo votou pela greve pedindo 29 itens e isso tem que ser pensado, foi votado, mas tem horas que tem que pensar na realidade, não tem gente aqui, as pessoas não querem vir pra cá, infelizmente se a pessoa não tem compromisso não assuma. Vamos suspender a greve, fazer uma contraproposta, agente aceita parar desde que não tenha as faltas, e organizar os servidores presentes para ter uma união para o futuro. O sindicato fez a parte dele, colocou a proposta de greve, mas a greve não se faz no papel, tem muita gente que não tem sindicato e faz greve, não precisa de sindicato, precisa de vontade de fazer greve, com 20% não se faz greve, precisa de pelo menos 50% em greve. O servidor de Santa Felicidade disse que lá a adesão está em 90%, falando em nome dos outros fóruns descentralizados relatou que no CIC a adesão está em 30%, e que no Pinheirinho os servidores voltaram a trabalhar. Acredita que o movimento está forte que todos que estão aqui tem seu valor e sua força e está impactando no Tribunal. Propõe que se continue a

greve, mas acredita que não precisa ficar se manifestando todos os dias no TJ porque isso cansa, podendo haver manifestação apenas nos dias de órgão especial, acha que isso está afastando as pessoas da greve. Como segunda proposta colocou manter o estado de greve, havendo apenas a suspensão da greve. O servidor de Rolândia avaliou que a greve começou forte e atualmente está reduzida, Londrina o movimento enfraqueceu bastante, com 20 a 30% de adesão, as comarcas em volta, Apucarana, Cambé, Rolândia, Ibiporã e Porecatu estão todos da mesma forma, a maioria dos servidores sinaliza que querem voltar a trabalhar pois a greve tem sido bastante cansativa. Avalia que ainda que haja uma adesão pequena tem impactado no Tribunal, pois poucos servidores já fazem muita falta. Deixando duas dicas, “somos mais importantes do que pensamos”, mas também temos que ser sensatos e ver se temos condições de continuar em greve. A servidora da Foz do Iguaçu disse que dos 130 servidores 34 iniciaram a greve e depois de 2 dias restaram 20, das comarcas em volta a única comarca mais forte é Santa Helena, dos 9 servidores 7 permanecem em greve. A servidora de Maringá disse que a greve começou bem e que agora há poucos em greve. A servidora de Marialva disse que aderiram na primeira semana e depois disso foi enfraquecendo, acha que não dá para continuar. A servidora de Paranavaí colocou que na sua comarca foi a única que aderiu a greve e que na região poucos aderiram e que atualmente já voltaram a trabalhar, que ninguém quer arriscar o desconto dos dias parados e nem perder os 8,17%. Terra Rica ainda está em greve. O servidor Márcio, escrivão de Piraquara, disse que os escrivães pela primeira vez, em 2 anos, apoiaram em 95% a greve, mobilizaram os funcionários, mas na semana anterior foram hostilizados e houve um racha, a grande maioria não entendeu os únicos 2 requerimentos dos escrivães, que hoje são em 150 servidores. Disse que por isso na quinta feira 138 escrivães saíram da greve e que o que está acontecendo com os escrivães agora vai acontecer no futuro com os Técnicos e Analistas. Pediu o apoio de todos porque em um próximo momento eles também podem apoiar os demais servidores. A servidora das Varas da Fazenda Pública de Curitiba informou que houve uma grande adesão, mas não eram todos os servidores que ficaram no anexo, sendo de 70% a adesão do prédio, com uma participação de até 50% na frente do anexo. A servidora do Juizado de Ponta Grossa informou que os três juizados da

comarca aderiram a greve, colocou que greve se faz com servidor em greve, que temos que votar com responsabilidade – se o servidor vai ficar na greve - e coerência – percebendo que o movimento realmente enfraqueceu. Após foi aberta a palavra aos presentes para se manifestarem e fazer as propostas. A servidora Rayane propôs que se vai haver o desconto dos dias parados que o sindicato pague o valor correspondente. A Juliana corroborou que sendo lançadas as faltas que o sindicato ressarça os valores descontados para os servidores. O servidor Bruno propôs que se fizesse paralisação somente nos dias de sessão do órgão especial. A servidora Bruna reforçou que o sindicato pague os dias de greve que forem descontados do servidor. O coordenador-geral perguntou ao plenário se queriam que o Dr. Ludimar, advogado do Sindijus-PR, esclarecesse a questão do desconto dos dias parados, o plenário respondeu positivamente. O Dr. Ludimar informou que nos últimos 8 anos acompanhou 19 greves como assessor jurídico dos sindicatos e acompanhou todas as outras que ocorreram, e o que se põe é que sendo suspensão ou interrupção do contrato do trabalho o empregado fica desobrigado de trabalhar e o patrão fica desobrigado de pagar. Em nenhum momento é possível dar uma garantia do não desconto, a lógica é que o funcionário sabe quando começa a greve que vai descontar, o não desconto é resultado da negociação. Citou exemplos de desconto e de não desconto. Lembrou nenhum advogado pode garantir que não haverá o desconto, pois participou do coletivo jurídico da FENAJUD, onde estiveram 17 sindicatos estaduais, participou do coletivo do Fórum das Entidades Sindicais e fez contato com o sindicato de Santa Catarina e lá todas as medidas judiciais propostas eles perderam, não conseguiram liminares. Em Minas Gerais, conseguiram uma liminar em 2011, mas foi revogada em 2014 e houve o desconto de 22 dias em uma única vez. Colocou que se as faltas de greve forem lançadas terão ainda repercussão na perda da licença prêmio, o desconto desses dias para contagem do estágio probatório e para aposentadoria. Colocou que tem que forçar até o final para que não haja o desconto, e que se descontar que ressarça, e somente se esgotada a via política recorrer a via judicial. Ponderou que se ficar resolvido neste momento quem vai pagar esses dias é dizer ao Tribunal que tudo bem o desconto porque já tem quem pagar. Lembrou que em 2000 a greve do sindicato teve prisão, teve os dias descontados e que muitos anos depois tirou da ficha funcional,

que temos que entender que a greve não é uma troca de papéis, de requerimentos, mas sim um conflito social. Num momento posterior pode ser decidido o que fazer se houver o desconto, mas é jogar a bandeira muito cedo se o Tribunal não vai pagar o sindicato que pague. O servidor André propôs a suspensão da greve por tempo determinado e manutenção do Estado de Greve. Propôs que a direção prestasse contas nesta assembleia sobre o fundo de greve. O servidor Caio propôs que se recue, reorganize, remobilize, suspendendo a greve. Clayton propôs se que acione o Ministério Público do Estado do Paraná e também o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para providências referente ao repasse do duodécio do Tribunal de Justiça pelo Governo do Estado. O servidor Jeferson propôs que se apresentasse ao Presidente que os servidores só irão negociar se não houver o desconto. O servidor David propôs que se endurecesse com o Tribunal de Justiça, pois ainda que se suspenda a greve há outros meios de radicalizar que já foram usados aqui no Tribunal de Justiça, e que podem ser usados se houver o desconto. Propôs que se fizesse uma pauta mínima para ser atendida até 31/07, incluindo o PAD, as faltas, a isonomia, o concurso, o adicional de qualificação, com o andamento dos demais itens, cobrando do Presidente o empenho na aprovação do 8.17%. Acredita que tem que manter a greve, os servidores voltam para o cartório mas cumprem poucos processos por dia, prejudicando os índices do TJ junto ao CNJ. Encerrada as propostas foi feita uma pausa de 10 minutos, os servidores que apresentaram propostas foram convidados a se aproximarem da mesa para a elaboração de uma proposta de consenso. Retomando a Secretária Geral, apresentou as propostas em consenso com os servidores, consistindo primeiramente no pagamento pelo sindicato dos dias parados caso haja o desconto efetivamente, agindo de todas as formas para que o desconto ocorra, sendo que se ele ocorrer e não houver como reverter essa situação o sindicato se compromete a fazer o ressarcimento desse valor. Proposta aprovada por maioria, sem votos contrários, com 3 (três) abstenções. Foi feita a observação que será necessário nova assembleia para deliberar sobre o ressarcimento porque contas acima de 20 salários mínimos tem que ser aprovadas em Assembleia Específica. Em segundo a proposta de consenso da mesa foi a suspensão da greve, manutenção do Estado de Greve, com mobilização nesse período, atividades

especifica em dia de sessão do órgão especial, com participação massiva, sendo muito bem articulada, esta suspensão será até o dia 31 de Agosto, para que o Presidente atenda nossa pauta com o PAD resolvido, já aprovada o projeto de lei com o novo regulamento; e que as outras questões tenham sido bem encaminhadas, com portarias, decretos, estudos todos conclusos, e se nesse período as comissões não caminharem a qualquer momento pode ser chamada nova assembleia e a greve retomada; que não haja desconto dos dias da greve, do que o Tribunal será comunicado; que seja formada uma comissão para discutir a Isonomia. Nesse período de suspensão será feito um trabalho pela direção de reuniões regionais para formar comitê regional de mobilização para que em período de greve eles estejam conectados com o Comando de Greve para que haja um fluxo de informações de maneira ágil. Também fica definido a adoção de medidas judiciais nesse período. Fica incluso acionar o MP e o MPC para providências quanto ao duodécimo, e também exigir ao Presidente que coloque empenho em aprovar o projeto da reposição da inflação. Adicionado à proposta a realização de um pedido junto à ALEP solicitando o andamento do projeto do judiciário quanto à reposição da inflação. O Dr. Ludimar observou que as medidas judiciais se tratam da via ordinária, aquilo que for avaliado de se fazer no momento oportuno. No dia 11 de Setembro haverá nova assembleia para avaliar a retomada da greve, avaliando se houve um avanço na pauta. Colocado em votação pelo Coordenador Geral o conjunto dessa segunda proposta foi aprovada por maioria, sem votos contrário, com 6 (seis) abstenções. O servidor que se absteve, Bruno Calado, pediu para declarar sua abstenção, dizendo que não se sentia seguro para votar se sim ou não a continuidade da greve, mas que iria acompanhar o que a categoria decidisse. A servidora Andrea fez uma proposta de encaminhamento que sobre o nome do comando que iria participar da comissão do PAD fosse definido em uma reunião no dia seguinte, o Coordenador consultou o plenário se havia concordância que se decidisse no comando o que foi de concordância dos presentes. Nada mais havendo a tratar foi suspensa a Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu, Daieniffer Cherini Lopes, _____, Secretária Geral lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme vai por mim assinada juntamente com o Coordenador Geral José Roberto Pereira _____.